

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO  
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Inf RAFAEL DE OLIVEIRA PENTEADO

**CONFLITOS MODERNOS PÓS GUERRA FRIA:  
CARACTERÍSTICAS, DESAFIOS E O PREPARO DA BDA  
INF PQDT PARA OPERAÇÕES DE COOPERAÇÃO E  
COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS.**



RIO DE JANEIRO

2019

MAJ INF RAFAEL DE OLIVEIRA PENTEADO

**CONFLITOS MODERNOS PÓS GUERRA FRIA:  
CARACTERÍSTICAS, DESAFIOS E O PREPARO DA BDA INF  
PQDT PARA OPERAÇÕES DE COOPERAÇÃO E  
COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Escola de Comando e Estado-  
Maior do Exército, como requisito parcial para  
a obtenção do título de especialista em  
Ciências Militares.

**Orientador: TC Art Alan Martins Gomes**

**RIO DE JANEIRO**

**2019**

P419c Penteadó, Rafael de Oliveira

Conflitos modernos pós-Guerra Fria: características, desafios e o preparo da BDA INF PQDT para operações de cooperação e coordenação com agências. / Rafael de Oliveira Penteadó. —2019.

44 fls.: il; 30 cm.

Orientação: Alan Martins Gomes

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) —Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

Bibliografia: fl 41-44.

1. ARTE DA GUERRA. 2. AMPLO ESPECTRO. 3. DOAMEPI. 4. EXÉRCITO I.  
Título.

CDD 355.4

MAJ INF RAFAEL DE OLIVEIRA PENTEADO

**CONFLITOS MODERNOS PÓS GUERRA FRIA:  
CARACTERÍSTICAS, DESAFIOS E O PREPARO DA BDA INF  
PQDT PARA OPERAÇÕES DE COOPERAÇÃO E  
COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Escola de Comando e Estado-  
Maior do Exército, como requisito parcial para  
a obtenção do título de especialista em  
Ciências Militares.

Aprovado em 18 de novembro de 2019.

COMISSÃO AVALIADORA

---

**ALAN MARTINS GOMES – TC – Presidente**  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

**EDUARDO SCHLUP – Maj – Membro**  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

**ANDERSON LUIZ ALVES FIGUEIREDO – Maj – Membro**  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha esposa Bianca e as minhas filhas Mariana e Carolina, meus sinceros agradecimentos pela compreensão dos períodos ausentes para a confecção deste trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, à Deus por ter iluminado minha trilha, guiando-me assim na difícil tarefa de trazer à tona minhas idéias e poder expressá-las da melhor forma.

À minha esposa Bianca pelo incentivo na busca do conhecimento científico.

Às minhas filhas Mariana e Carolina, pelo exemplo, amor e compreensão.

Ao Cel Art Ref José Roberto Penteado, meu pai, pelas correções de rumo durante todo o processo de elaboração deste trabalho.

Ao TC Alan Martins Gomes pela orientação específica, técnica e oportuna.

Ao Exército Brasileiro, pela oportunidade do auto aperfeiçoamento.

Se existe uma postura mais perigosa que pressupor que uma futura guerra será exatamente como a anterior, é imaginar que ela será tão diferente que se possa ignorar as lições extraídas desta última.

Sir John Cotesworth Slessor

## RESUMO

A arte da guerra está em constante evolução ao longo da história da humanidade. Atualmente, o ambiente de combate caracteriza-se pela volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade (VUCA). O emprego de tropas na Era Informacional, aliado ao novo meio ambiente no qual as tropas estão inseridas, determina que o campo de batalha perde seus limites fixos, suas zonas e ganha um contorno multidimensional e incerto inserido em um contexto de guerra e não guerra. Este cenário convencionou-se a denominar de Amplo Espectro. Ademais, a outrora exclusividade do uso da Força por atores estatais nas Relações Internacionais, já não é uma verdade. O surgimento de atores não estatais dotados de capacidades militares como planejamento, logística e durabilidade na ação, fez com que os Exércitos modificassem suas Doutrinas de Emprego e passassem a encarar seu estado de prontidão no estudo e planejamento baseado em capacidades e não mais em inimigos específicos que, atualmente, são difusos e de difícil determinação. É neste contexto, no emprego combinado e coordenado de forças regulares, irregulares, ações criminosas e operações de informação por um ente estatal ou não, que o Exército Brasileiro começa sua transformação a fim de estar apto ao novo cenário dos conflitos mundiais. Sua concepção pode ser resumida com objetivos claramente definidos na obtenção de capacidades, tendo como fatores determinantes a Doutrina, Organização ou processos, Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura (DOAMEPI). O trabalho pretende caracterizar a guerra moderna, suas características e desafios a fim de verificar o grau de preparo para o cenário atual da Brigada de Infantaria Pára-quedista (Bda Inf Pqdt) e, com base nas oportunidades de melhoria, sugerir aperfeiçoamentos no seu preparo a fim de alcançar suas capacidades combativas plenas.

Palavras-chave: Arte da Guerra, Amplo espectro, Capacidades, DOAMEPI.

## ABSTRACT

The art of war is constantly evolving throughout the history of Humanity. Currently, the combat environment is characterized by volatility, uncertainty, complexity and ambiguity (VUCA). The use of troops in the informational age, allied to the new environment in which the troops are inserted, determines that the battlefield loses its fixed limits, its zones and gains a multidimensional and uncertain outline inserted in a context of war and no war. This scenario has been conventionally called the broad spectrum. Moreover, the once exclusive use of the force by State actors in international relations, is no longer a truth. The emergence of non State actors endowed with military capacities such as planning, logistics and durability in action, caused the armies to modify their employment doctrines and to face their state of readiness in the study and planning based in capacities and no more on specific enemies that are currently diffuse and difficult to determine. It is in this context, in the combined and coordinated employment of regular forces, irregular, criminal actions and information operations by a State or not, that the Brazilian Army begins its transformation in order to be able to a new scenario of world conflicts. Its conception can be summarized with clearly defined objectives in obtaining capacities, having as determinant factors the doctrine, organization or processes, dressage, material, education, personnel and infrastructure (DOAMEPI). The work intends to characterize the modern warfare, its characteristics and challenges in order to verify the degree of preparation for the current scenario of the Parachutist Infantry Brigade and, based on the opportunities for improvement, suggest improvements in its preparation in order to achieve their full combative capacities.

Keywords : Art of war, broad spectrum, capacities, DOAMEPI.

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES, ORGANOGRAMAS E QUADROS**

|          |   |    |
|----------|---|----|
| FIGURA 1 | Ambiente operacional de 1ª geração.....                         | 15 |
| FIGURA 2 | Ambiente operacional de 2ª geração.....                         | 16 |
| FIGURA 3 | Ambiente operacional de 3ª geração.....                         | 17 |
| FIGURA 4 | Ambiente operacional de 4ª geração.....                         | 18 |
| FIGURA 5 | Operações de Amplo Espectro.....                                | 20 |
| FIGURA 6 | Capacidades e níveis de planejamento.....                       | 21 |
| FIGURA 7 | Exemplo de alinhamento CMT, CO, Atividade e Tarefa.....         | 23 |
| FIGURA 8 | CMT e CO.....   | 24 |
| FIGURA 9 | Vocações prioritárias de emprego da Bda Inf Pqdt.....           | 28 |
| TABELA 1 | Capacidades, Atv e Tarefas dos Btl Inf Pqdt nas OCCA.....       | 34 |
| TABELA 2 | Objetivos de adestramento em GLO da Bda Inf Pqdt para 2019..... | 36 |
| TABELA 3 | Objetivos de adestramento da Bda Inf Pqdt para 2019.....        | 37 |

**LISTA DE ABREVIATURAS**

|               |   |
|---------------|---|
| ADM           | Armas de Destruição em massa  |
| Bda Inf Pqdt  | Brigada de Infantaria Pára-quedista   |
| Cia Prec Pqdt | Companhia de Precursores Pára-quedista  |
| COTER         | Comando de Operações Terrestre  |
| DOAMEPI       | Doutrina – Organização – Adestramento – Material – Educação –<br>Pessoal - Infraestrutura |
| EB            | Exército Brasileiro   |
| FAMES         | Flexibilidade, Adaptabilidade, Modularidade, Elasticidade e<br>Sustentabilidade           |
| G1G           | Guerra de 1ª Geração  |
| G2G           | Guerra de 2ª Geração  |
| G3G           | Guerra de 3ª Geração  |
| G4G           | Guerra de 4ª Geração  |
| GLO           | Garantia da Lei e da Ordem  |
| I GM          | I Guerra Mundial  |
| II GM         | II Guerra Mundial   |
| OCCA          | Operação de Cooperação e Coordenação com Agências   |
| ODOp          | Órgão de Direção Operacional  |
| ODS           | Órgão de Direção Setorial   |
| PBC           | Planejamento Baseado em Capacidades   |
| PIM           | Programa de Instrução Militar   |
| VUCA          | Volátil – Incerto – Complexo - Ambíguo  |

## SUMÁRIO

|          |   |    |
|----------|---|----|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO.....</b>  | 12 |
| 1.1      | PROBLEMA.....   | 13 |
| 1.2      | OBJETIVO.....   | 13 |
| 1.2.1    | OBJETIVO GERAL.....   | 13 |
| 1.2.2    | OBJETIVO ESPECÍFICO.....  | 13 |
| 1.3      | DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....  | 14 |
| 1.4      | RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....   | 14 |
| <b>2</b> | <b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>                                     | 14 |
| 2.1      | AS GERAÇÕES DA GUERRA.....  | 14 |
| <b>3</b> | <b>CENÁRIO BRASILEIRO 2020 – 2039 E O PBC.....</b>                  | 19 |
| 3.1      | O DOAMEPI.....  | 25 |
| 3.2      | O Preparo da Bda Inf Pqdt.....                                      | 27 |
| <b>4</b> | <b>OPERAÇÃO DE COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO COM</b>                     | 29 |
|          | <b>AGÊNCIAS.....</b>  |    |
| 4.1      | Considerações iniciais.....   | 30 |
| 4.2      | Definições básicas.....   | 30 |
| 4.3      | Princípio de Emprego da Bda Inf Pqdt no Ambiente Interagências..... | 31 |
| 4.4      | A ligação entre agências.....                                       | 32 |
| <b>5</b> | <b>O PREPARO DA BDA INF PDT PARA AS OPERAÇÕES DE</b>                | 33 |
|          | <b>COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS.....</b>                   |    |
| <b>6</b> | <b>CONCLUSÃO.....</b>   | 38 |
|          | <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | 41 |

## 1 INTRODUÇÃO

Após o fim da II Guerra Mundial, o mundo se viu polarizado em duas grandes potências mundiais: os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A ordem internacional durante a primeira fase da Guerra Fria era efetivamente bipolar, entre os Estados Unidos com a cooperação da aliança ocidental, na condição de principal parceiro e líder, e a aliança comunista, cabendo à União Soviética e, mais tarde, compartilhando e lutando por áreas de influência com a China (KISSINGER, 2015).

Nesse período, a doutrina de destruição mútua, garantida pelo advento da capacidade nuclear das duas superpotências, se baseava na proposição de que os líderes agiam no interesse da paz ao exporem deliberadamente suas populações civis à ameaça de aniquilação. O suicídio mútuo tornou-se o mecanismo da ordem internacional (KISSINGER, 2015). Nesse período, os conflitos eram regionais e se caracterizavam pelo uso da força por Estados com apoio direto ou indireto das potências que rivalizavam por expansão ou contenção de suas áreas de influência.

À medida que o poder soviético foi declinando, o mundo se tornou em alguma medida multipolar. A esperada paz mundial decorrente da transformação dos EUA na única superpotência mundial não trouxe a paz esperada ao sistema internacional, observando-se o surgimento de diversos conflitos, desta vez assimétricos, ao redor do mundo em busca do reordenamento da balança de poder mundial. Nesse cenário, novas ameaças distintas dos Estados, tais como: o terrorismo internacional; as guerras assimétricas; as armas estratégicas e de destruição em massa; as guerrilhas; as forças irregulares; o enfraquecimento do Estado Nacional e das soberanias, da comunicação global em massa e em tempo real, por escaparem das previsões iniciais de seu escopo teórico, nublaram as certezas das previsões baseadas nos princípios Clausewitzianos sobre como as guerras se procederiam (PIMENTE E NETO, 2014).

Diante da incerteza vivida no cenário internacional, alguns autores passaram a questionar a utilização do Paradigma de Clausewitz para os conflitos atuais. Dentre eles, estão Pedro Correia (CORREIA, 2002) e Carlos Eduardo M. Viegas da Silva (SILVA, 2003). Novas temáticas como o terrorismo e os movimentos de resistência foram trabalhadas por Alessandro Visacro (VISACRO, 2011); a Guerra Irregular por Gregory Wilcox (WILCOX, 2004) e a Guerra Assimétrica por Martha Creshaw; e a influência da era da informação nas

guerras por Carlos Jorge de Oliveira Ribeiro (RIBEIRO, 2012). Contudo, foi Willian Lind (LIND et. Al., 1989) quem primeiro reuniu as principais ideias num único argumento, faseado em gerações de guerra, denominado Conflitos de Quarta Geração que caracteriza-se por um ambiente multidimensional no qual guerra e não guerra coexistem no mesmo TO e que as ações táticas nos níveis mais baixos, acarretam repercussões estratégicas e até mesmo políticas. Sendo assim, a Brigada, como o menor escalão de combinação de armas, é o ponto de partida para a uniformidade de padrões e procedimentos a serem adotados pelas tropas nesse novo cenário dos conflitos do século XXI e, sendo a Brigada de Infantaria Pára-quedista uma Força Estratégica de emprego imediato em situações de conflito e uma tropa de alto preparo e adestramento, seu estudo reflete os caminhos do Exército Brasileiro (EB) para o futuro.

## 1.1 PROBLEMA

Em que medida está adequado o preparo da Bda Inf Pqdt, uma Força Estratégica de Emprego Operacional do EB, para conduzir em um ambiente de guerra e não guerra Operações de Cooperação e Coordenação com Agências nos conflitos modernos pós o fim da Guerra Fria?

## 1.2 OBJETIVO

### 1.2.1 Objetivo Geral

O presente trabalho pretende estudar os planos e diretrizes concebidos pelo Exército Brasileiro e executados pela Bda Inf Pqdt a fim de adequar a Instituição às novas características e desafios do combate moderno.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

A fim de viabilizar a consecução do objetivo geral de estudo, foram formulados objetivos específicos, de forma a encadear logicamente o raciocínio descritivo apresentado neste trabalho.

- a. Estudar as características históricas dos conflitos;
- b. Apresentar o cenário de defesa 2020 – 2039 e o PBC;

- c. Apresentar as Operações de Cooperação e Coordenação com Agências; e
- d. Descrever o Preparo da Bda Inf Pqdt para as OCCA.

### 1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O estudo abrangerá a caracterização das 4 gerações da Guerra, o cenário de defesa brasileiro 2020 – 2039, o Programa de Instrução Militar 2018 e 2019 e as diretrizes do Cmdo Bda Inf Pqdt 2019 a fim de estar pronto para o emprego em OCCA.

### 1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

O presente estudo pretende ampliar o cabedal de conhecimento acerca das novas características dos conflitos modernos, também chamado conflito de 4ª geração ou de amplo espectro, com foco nas operações interagências em situações de guerra e não guerra.

Pretende-se, também, identificar e valorar se as ações tomadas pelo Exército Brasileiro, mais especificamente por sua GU a Brigada de Infantaria Pára-quedista, para estar apta as novas características do combate moderno, enfatizando a necessidade de cooperação e coordenação com agências, respeito aos preceitos legais internacionais, conhecimento legal, presença de civis nas áreas em conflito e adequabilidade para um ambiente operacional de guerra e não guerra no mesmo conflito.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 As gerações de guerra

Em 1989, William S. Lind, os coronéis Keith Nighttengale, Joseph Sutton, Gary Wilson e o capitão John Schmitt – oficiais do Exército e do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, publicaram um artigo na “*Marine Corps Gazette*”, periódico norte-americano, intitulado *The Changing Face of War: Into the Fourth Generation*”, que analisa a evolução da arte da guerra, classificando-a em quatro gerações. O estudo ganhou destaque na literatura internacional pela abordagem sistemática e pontual dos conflitos modernos, a partir do século XVIII (MONTELLA, 2017).

As Guerras de Primeira Geração (G1G), que ocorreram após a Paz de Vestefália (1648), onde a guerra se caracterizou pelo emprego predominante do Princípio da Massa

e que terminou com as campanhas napoleônicas. (FERNANDES, 2016). As G1G têm como principais características o declínio dos exércitos mercenários e a ascensão dos exércitos nacionais.

As guerras dos séculos XVIII e XIX surgiram com o nacionalismo, que conferia à entidade nação uma posição de destaque na hierarquia de valores. Esta tendência em atribuir uma excessiva importância ao valor da nação, levou a uma centralização de poder e à criação de um monopólio da força dentro dos Estados, com as guerras sujeitas a códigos rígidos de conduta, onde existia uma separação entre combatentes e civis e a vitória implicava na rendição do inimigo (GARCIA, 2009, p. 113). As evoluções tecnológicas resultantes da Revolução Industrial, como foi o caso da produção de armas de fogo em larga escala – metralhadoras e artilharia ligeira transformaram o ambiente de Batalha de uma guerra limitada para a guerra total, criando as bases para o aparecimento das guerras de segunda geração (G2G).



Figura 1 – Ambiente operacional de 1ª geração

Fonte: <http://meucanoneocidental.blogspot.com/2010/06/les-miserables-parte-2-batalha-de.html>

As Guerras de Segunda Geração (G2G) são desenvolvidas durante a I Guerra Mundial, foi fruto da evolução dos armamentos decorrente das inovações tecnológicas surgidas no século XIX. Embora o campo de batalha continuasse linear como na primeira geração, houve um aumento na profundidade do combate em virtude do maior alcance dos armamentos, principalmente da artilharia e das metralhadoras. Os objetivos estratégicos deixaram de estar relacionados apenas com o alcançar de vitórias decisivas no campo de batalha e passaram a incluir objetivos não militares e verificou-se também a introdução das dimensões aérea e naval e deu-se um aumento do número de vítimas civis resultantes da guerra. Esta foi a guerra

do paradigma industrial entre Estados. A Primeira Guerra Mundial demonstra a plena representação da guerra de segunda geração.



Figura 2 – Ambiente Operacional de 2ª Geração

Fonte: <https://blogdoenem.com.br/primeira-guerra-mundial-historia-enem-2/>

As Guerras de Terceira Geração (G3G), dominadas pela manobra e caracterizadas pela “blitzkrieg” alemã na Segunda Guerra Mundial (IIGM). Até aqui, os protagonistas dos diferentes cenários eram, predominantemente, os Estados (FERNANDES, 2016).

Basicamente, a guerra de terceira geração caracteriza-se pelo grande uso da mobilidade nas manobras. O combate deixou de ser linear, de aproximação e destruição, e passou a estar direcionado para o colapso causado pelo uso da força, no ponto de desequilíbrio do inimigo – o lema era “*Torrent and collapse instead of close in and destroy*”. Nesta geração de guerra, a tecnologia desempenhou um papel importante.

Com o fim da IIGM, a própria guerra assumiu novos contornos geográficos e tecnológicos, marcados pela rivalidade do mundo em equilíbrio bipolar. A força militar passou a ser utilizada como instrumento de dissuasão (GARCIA & SARAIVA, 2004, p. 105). Passou a verificar-se o pressuposto da ameaça de um conflito nuclear de proporções devastadoras – Guerra Fria – que levou à instauração de um clima de terror, potenciado pelo crescente avanço tecnológico. A utilização e desenvolvimento de armas de destruição maciça (ADM) viria a alterar a forma como se pensava na guerra e no confronto entre Estados desenvolvidos. Este confronto viria a fornecer a estrutura para tipos de conflitos resultantes do fim dos impérios coloniais e a fazer emergir um novo modelo de conflito da guerra entre o

povo, constituindo-se a Emergência da Malásia (1948-60), a Guerra do Vietnã (1955-75) e a Guerra da Argélia (1954-62) como exemplos paradigmáticos. A descolonização forneceu o cenário para os conflitos paralelos que eclodiram durante o confronto da Guerra Fria (SMITH, 2005, p. 246 e 267).

Com a queda do muro de Berlim e a implosão da União Soviética no final da década de oitenta, a conjuntura internacional sofreu profundas alterações e parecia ser um indicador da supremacia ocidental e da paz internacional. A realidade subsequente traduziu-se muito menos pacífica do que acreditavam alguns especialistas, com o surgimento de novos movimentos ou ações insurrecionais distintas das anteriores, cuja violência passa a ser assimétrica permanente, sem uma origem definida e, que pode surgir em qualquer lugar. Nasce uma nova geração de conflitos no cenário internacional, onde o Estado perde seu papel de protagonista na condução dos conflitos.

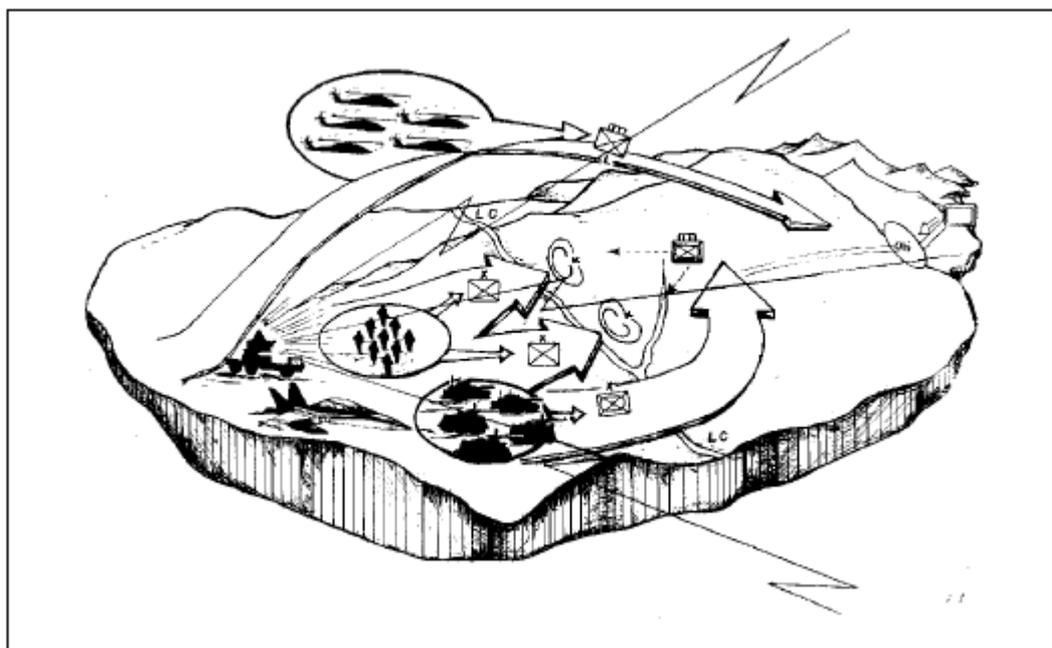


Figura 3 – Ambiente operacional de 3ª geração  
Fonte: Exército Brasileiro (C 100-5, p. 4-7)

Os conflitos intra-estatais proliferavam, na maioria dos casos provocados por diferenças étnicas, culturais e religiosas, trazendo para as relações internacionais outros atores não estatais, dos quais são exemplo os grupos terroristas, as organizações não governamentais, as organizações internacionais, as instituições religiosas ou as multinacionais, que disputam, juntamente com os Estados, a cena internacional. Perante a perda do monopólio do uso da força e da arte de fazer a guerra, por parte do Estado, o campo

de batalha tornou-se disperso e não linear; a conflitualidade apresenta, hoje, diversos níveis de intensidade, e o desgaste arrasta a duração do conflito (conflitos de baixa intensidade).

Este novo cenário de guerra convencionou-se a chamar de Guerra de 4ª Geração (G4G), na qual diversos observadores concluíram sobre a necessidade de mudanças na natureza da guerra e da necessidade de adaptação das forças militares ocidentais aos paradigmas da G4G.

Um Combate de 4ª Geração (C4G) pode ser travado tanto entre um Estado contra organizações transnacionais como pode ainda conjugar ambos os atores contra um terceiro Estado. Nesse tipo de guerra, o objetivo primordial a ser atingido é fazer com que o inimigo perca a vontade de lutar. Para atingir-se tal objetivo, os atores atuam taticamente nos campos político, econômico, psicossocial e militar do poder. Não há como diferenciarem-se civis de militares, combatentes de não combatentes. Assim, as operações de guerra e não-guerra ocorrem de forma simultânea no Campo de Batalha e dentre as Operações, as de Coordenação e Cooperação com Agências são fundamentais a fim de legitimar a atuação da tropa, angariar o apoio da população e potencializar os resultados pelo emprego de organismos civis e militares presentes no TO.



Figura 4 – Ambiente operacional de 4ª geração  
Fonte: <http://mundomocoh.blogspot.com>

### 3. CENÁRIO DE DEFESA 2020 – 2039 E O PBC

No contexto dos conflitos G4G, o Brasil viu a necessidade de planejar o futuro de sua Defesa. Neste sentido, o Cenário de Defesa 2020-2039 tem o propósito de contribuir para o desenvolvimento do processo de planejamento estratégico do Ministério da Defesa. Representa uma evolução em sua gestão, provendo um instrumento de análise, projetando tendências, com reflexos para a defesa. Tal instrumento, aliado ao diagnóstico estratégico de defesa, fundamentará a redação da Política e Estratégia Nacionais de Defesa, da Política e Estratégia Setoriais de Defesa, do Plano Estratégico de Defesa, bem como planejamentos análogos das Forças Armadas (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2017).

A conjuntura atual caracteriza-se por um ambiente de elevado grau de incerteza, interconectado e de ação restrita por imposições legais, de mídia e políticas. As velhas ameaças de conflitos entre as Nações, conflitos internos e conflitos étnicos e religiosos, coexistem com as novas ameaças surgidas no cenário internacional.

Neste sentido, baseado na conjuntura atual, os conflitos futuros possuem as seguintes características com implicações para a segurança, defesa nacional, preparo e adestramento das Forças Armadas: propensão à utilização do instrumento militar; confrontos indiretos entre grandes potências; coalizões multinacionais, projeção de poder e neutralização de centros de gravidade; preponderância dos domínios aéreo, espacial e informacional; incremento dos conflitos assimétricos/ híbridos; influência determinante da internet e redes sociais; informação e mobilização social; e instabilidades sociais, crime organizado, ameaça ao direito de voto e emprego do componente militar na defesa do meio ambiente.

Atentos à velocidade de transformações do mundo e da maneira de fazer a guerra, o Alto Comando do Exército, a partir da segunda década dos anos 2000, iniciou o processo de transformação do Exército Brasileiro. Em sua diretriz geral do Comandante do Exército 2011 – 2014, o então Comandante, General de Exército Enzo Martins Peri, determinou:

“O cenário descrito, portanto, exige disposição e ação das instituições brasileiras, aí incluído o **desenvolvimento das capacidades** necessárias ao Exército para respaldar a atuação do Brasil nas áreas de interesse estratégico do País. Ao Exército, nesse contexto de mudanças, cabe transformar-se. Esse processo é de longo prazo, amplo e profundo; não é modismo e é urgente. ... não podemos estar tão distantes da realidade, quando as ameaças se revelarem. Para isso, temos que ousar nas ideias, gerando energia criativa em soluções inovadoras e factíveis.

Nessa trajetória, a maioria das respostas poderá ser encontrada na elaboração, execução e controle de um criterioso e coerente Planejamento Estratégico...” (grifo do autor)

A realidade, sobejamente evidenciada pelo ambiente operacional contemporâneo, indica a premente necessidade de uma F Ter constituída de capacidades operativas alinhadas com as ameaças concretas e potenciais e a defesa dos interesses nacionais. Esta Força deve ser dotada de armamentos e de equipamentos com alta tecnologia agregada, sustentada por uma doutrina em constante evolução, integrada por recursos humanos treinados, motivados, com amplo conhecimento legal e com flexibilidade e criatividade na solução de conflitos internos e/ ou de escala interestatal. Para isso, baseia sua organização em estruturas com as características de Flexibilidade, Adaptabilidade, Modularidade, Elasticidade e Sustentabilidade (FAMES), que permitem alcançar resultados decisivos nas Operações no Amplo Espectro, de guerra ou não guerra, com prontidão operativa, e com capacidade de emprego do poder militar de forma gradual e proporcional à ameaça.

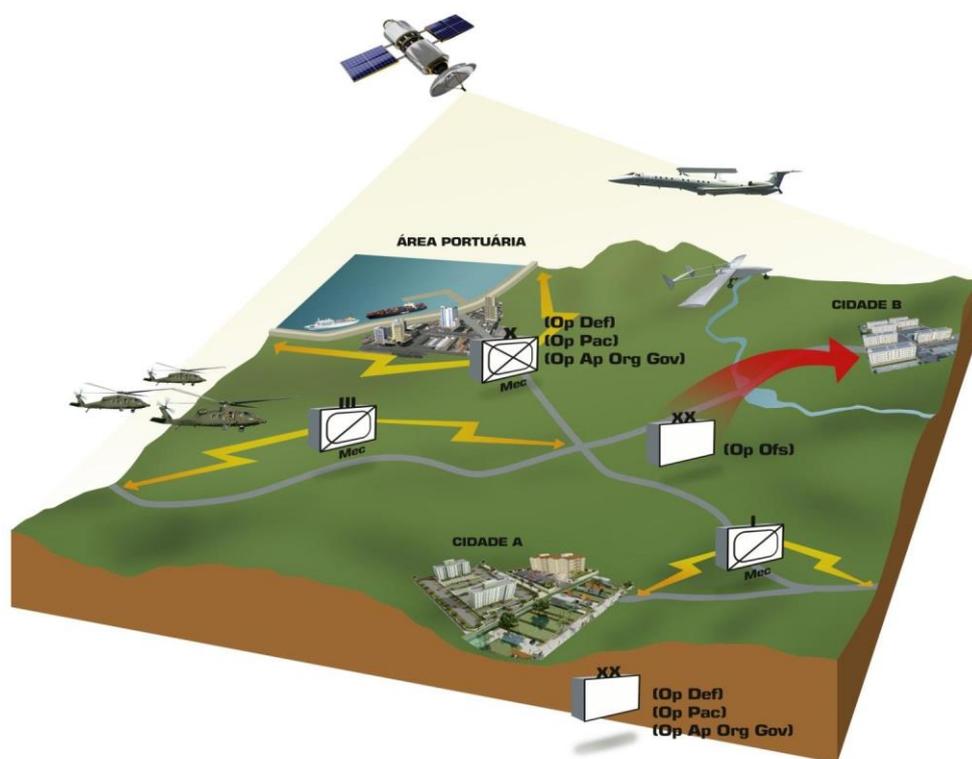


Figura 5 – Operações de Amplo Espectro

Fonte: EME, 2014

Neste contexto, a Brigada de Infantaria Pára-quedista (Bda Inf Pqdt), como Força Estratégica do Exército Brasileiro, é uma das GU da Força Terrestre onde, prioritariamente, foram sendo implementadas as mudanças planejadas no Exército Brasileiro com o intuito de modernizar-se e estar apto a enfrentar o novo espectro dos conflitos do século XXI.

Com isso, o Plano Baseado em Capacidades está sendo adotado, a fim de possibilitar a otimização dos recursos, tendo em vista as limitações financeiras, objetivando desenvolver uma configuração de força adequada, analisando as opções de obtenção (aquisição e/ou desenvolvimento) com base nos cenários prospectivos.

A fim de compreender o PBC é mister o entendimento do processo de identificação de quais são as capacidades desejáveis do EB e, mais especificamente da Bda Inf Pqdt, para enfrentar os conflitos modernos. Nesse sentido, é necessário saber que decorrem das Capacidades Nacionais de Defesa, as Capacidades Militares de que deverão dispor as Forças Armadas para suportar o seu eventual emprego. Tais capacidades deverão ser integradas e consolidadas, de modo a permitir o planejamento, a estruturação e a definição de processos e de responsabilidades, voltadas ao preparo e ao emprego.

Em suma, a partir do nível político são determinadas que capacidades são requeridas à Força Terrestre (F Ter), denominadas Capacidades Militares Terrestres. Na sequência, são definidas as Capacidades Operativas necessárias às forças que serão empregadas – ou a cada Organização Militar – para que possam cumprir as tarefas e missões que lhes forem atribuídas, respeitando-se a natureza e vocação doutrinária das OM.

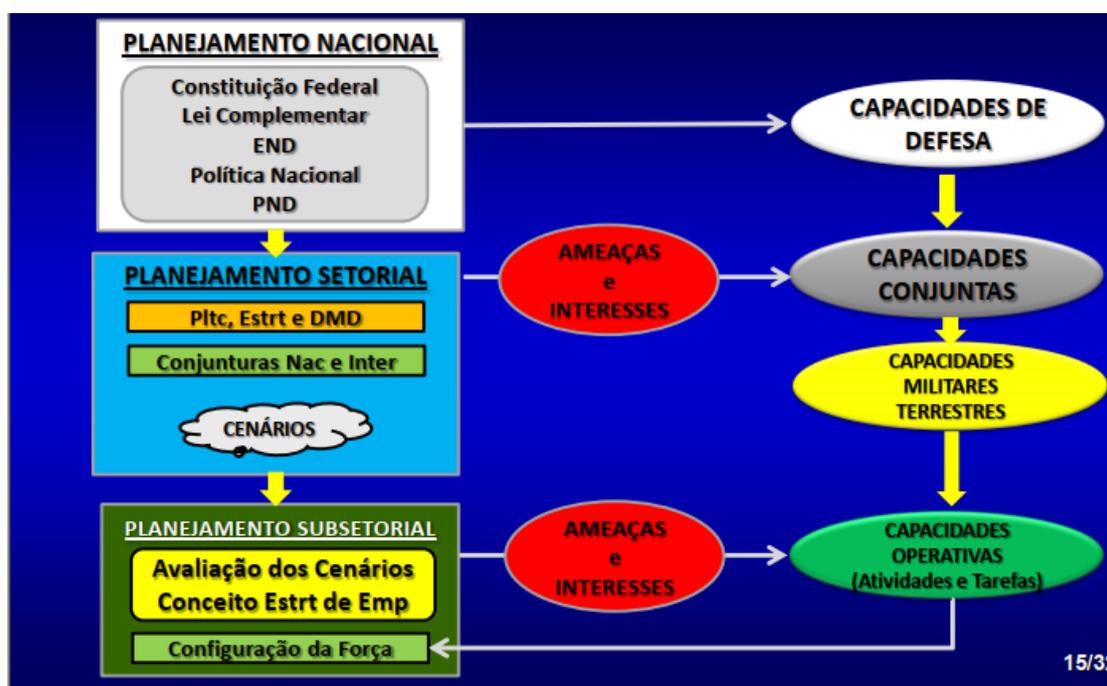


Figura 6 – Capacidades e níveis de planejamento  
Fonte: EME, 2014

Sendo assim, o Planejamento Baseado em Capacidades (PBC) tem por objetivo para a Força Terrestre manter-se permanentemente apta a atuar em conjunto com as demais forças, de forma isolada ou interagências, tendo como foco principal a sua destinação constitucional, em uma permanente análise da conjuntura e em cenários prospectivos, com o objetivo de identificar tanto as ameaças concretas quanto as ameaças potenciais ao Estado Brasileiro. São características do PBC: possuir uma visão de futuro em constante atualização; estar alinhado com o FAMES; evitar dispersão de recursos e redundância; facilitar o estabelecimento de prioridades; facilitar o diagnóstico e levantamento de capacidades de curto, médio e longo prazo; possuir alinhamento claro e definido (sistêmico) dos níveis de planejamento que permite a interação em todos os níveis decisórios do espectro nacional; e ser baseado em soluções sustentáveis, ou seja, em fatores determinantes de “mensuração” da capacidade plena da capacidade desejada por meio da análise da Doutrina, Organização, Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura (DOAMEPI).

Como forma de nivelamento de conhecimento e, tendo como premissa que, após o levantamento do Estado-Maior do Exército das Capacidades Militares Terrestres e das Capacidades Operativas desejadas à Força Terrestre no espaço temporal de 2015 – 2035 balizam a formulação das Atividades e Tarefas que compõem cada Capacidade Operativa de cada GU, Gde Cmdo e/ ou OM do EB, a elucidação dos conceitos do Catálogo de Capacidades do Exército 2015- 2035, torna-se indispensável. Neste sentido, tem-se que:

1) CAPACIDADE MILITAR TERRESTRE (CMT)

A capacidade militar terrestre é constituída por um grupo de capacidades operativas com ligações funcionais, reunidas para que os seus desenvolvimentos potencializem as aptidões de uma força para cumprir determinada tarefa dentro de uma missão estabelecida.

2) CAPACIDADE OPERATIVA (CO)

É a aptidão requerida a uma força ou organização militar, para que possam obter um efeito estratégico, operacional ou tático. É obtida a partir de um conjunto de sete fatores determinantes, inter-relacionados e indissociáveis: Doutrina, Organização (e/ou processos), Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura – que formam o acrônimo DOAMEPI.

3) ATIVIDADE (AT)

Conjunto de tarefas afins, reunidas segundo critérios de relacionamento, interdependência ou de similaridade, cujos resultados concorrem para o

desenvolvimento de uma determinada função de combate. A eficácia na aplicação do poder de combate terrestre resulta dessa aptidão de comandantes e seus estados-maiores identificarem as capacidades operativas que possuem e perceberem as possibilidades e a adequabilidade de emprego de cada uma delas na solução do problema militar.

#### 4) TAREFA (T)

Trabalho ou conjunto de ações cujo propósito é contribuir para alcançar o objetivo geral da operação. É um trabalho específico e limitado no tempo que agrupa passos, atos ou movimentos integrados, segundo uma determinada sequência e destinado à obtenção de um resultado determinado. As tarefas constituem ações a serem executadas pelos diversos sistemas e elementos operativos. Durante a fase de planejamento das operações, os comandantes e seus estados-maiores identificam as tarefas a cumprir, selecionam as capacidades adequadas para que o Estado-Maior do Exército cada tarefa seja realizada com eficácia e iniciam o detalhamento de como cumprir a missão recebida.



Figura 7 – Exemplo do alinhamento CMT, CO, Atividade e Tarefa  
Fonte: EME

O Exército Brasileiro catalogou as capacidades militares terrestres e as capacidades operativas que visam à manutenção de um permanente estado de prontidão para o atendimento das demandas de segurança e defesa do País, contribuindo para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os

interesses nacionais e cooperando para o desenvolvimento e o bem-estar social, conforme figura abaixo:

| CAPACIDADES MILITARES TERRESTRES (CMT) | CAPACIDADES OPERATIVAS (CO)  |
|--|--|
| CMT 01. PRONTA RESPOSTA ESTRATÉGICA    | CO 01. MOBILIDADE ESTRATÉGICA<br>CO 02. SUPORTE À PROJEÇÃO DA FORÇA<br>CO 03. PRONTIDÃO  |
| CMT 02. SUPERIORIDADE NO ENFRENTAMENTO | CO 04. COMBATE INDIVIDUAL<br>CO 05. OPERAÇÕES ESPECIAIS<br>CO 06. AÇÃO TERRESTRE<br>CO 07. MANOBRA TÁTICA<br>CO 08. APOIO DE FOGO<br>CO 09. MOBILIDADE E CONTRAMOBILIDADE  |
| CMT 03. APOIO A ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS  | CO 10. PROTEÇÃO INTEGRADA<br>CO 11. ATRIBUIÇÕES SUBSIDIÁRIAS<br>CO 12. EMPREGO EM APOIO À POLÍTICA EXTERNA<br>TEMPO DE PAZ<br>CO 13. AÇÕES SOB A ÉGIDE DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS  |
| CMT 04. COMANDO E CONTROLE             | CO 14. PLANEJAMENTO E CONDUÇÃO<br>CO 15. SISTEMAS DE COMUNICAÇÕES<br>CO 16. CONSCIÊNCIA SITUACIONAL<br>CO 17. GESTÃO DO CONHECIMENTO E DAS INFORMAÇÕES<br>CO 18. DIGITALIZAÇÃO DO ESPAÇO DE BATALHA<br>CO 19. MODELAGEM, SIMULAÇÃO E PREVENÇÃO |
| CAPACIDADES MILITARES TERRESTRES (CMT) | CAPACIDADES OPERATIVAS (CO)  |
| CMT 05. SUSTENTAÇÃO LOGÍSTICA          | CO 20. APOIO LOGÍSTICO PARA FORÇAS DESDOBRADAS<br>CO 21. INFRAESTRUTURA DA ÁREA DE OPERAÇÕES<br>CO 22. GESTÃO E COORDENAÇÃO LOGÍSTICA<br>CO 23. SAÚDE NAS OPERAÇÕES<br>CO 24. GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS                                   |
| CMT 06. INTEROPERABILIDADE             | CO 25. INTEROPERABILIDADE CONJUNTA<br>CO 26. INTEROPERABILIDADE COMBINADA<br>CO 27. INTEROPERABILIDADE INTERAGÊNCIA  |
| CMT 07. PROTEÇÃO                       | CO 28. PROTEÇÃO AO PESSOAL<br>CO 29. PROTEÇÃO FÍSICA<br>CO 30. SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÕES  |
| CMT 08. SUPERIORIDADE DE INFORMAÇÕES   | CO 31. GUERRA ELETRÔNICA<br>CO 32. OPERAÇÕES DE APOIO À INFORMAÇÃO<br>CO 33. COMUNICAÇÃO SOCIAL<br>CO 34. INTELIGÊNCIA   |
| CMT 09. CIBERNÉTICA                    | CO 35. EXPLORAÇÃO CIBERNÉTICA<br>CO 36. PROTEÇÃO CIBERNÉTICA<br>CO 37. ATAQUE CIBERNÉTICO  |

Figura 8 – CMT e CO

Fonte: Catálogo de Capacidades do Exército 2015 – 2035

Essas Capacidades Militares Terrestres e Capacidades Operativas direcionam a atividades e tarefas para a obtenção plena das capacidades que dar-se-á por meio da Doutrina, Organização, Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura (DOAMEPI). No nível GU, as Brigadas, módulo básico de emprego da F Ter, baseadas em suas características de emprego, tipo, missões, possibilidade e limitações, são os órgãos básicos de desenvolvimento de atividades e tarefas com o foco de aprimorar e/ ou adquirir as CO determinadas pelo Alto Comando do Exército, sobretudo na fase de adestramento que

configura o momento de interoperabilidade da doutrina, organização, material, instrução (educação), pessoal e infraestrutura. Para tanto, seguem as diretrizes anuais de adestramento emitidas pelo Órgão de Direção Setorial do Exército (ODS), o Comando de Operações Terrestres (COTER). É neste momento que a mensuração das Capacidades planejadas são realizadas com o fulcro de obter dados e informações a respeito dos pontos fortes e necessidades de melhoria do processo em um dos fatores geradores de capacidades elencados no DOAMEPI.

Assim, conclui-se parcialmente que, o Planejamento Baseado em Capacidades (PBC) adequa-se melhor ao ambiente de incertezas, foca nas ameaças ao território nacional e não mais em um determinado inimigo, permite a análise metodológica no levantamento de capacidades desejadas, vislumbra a adoção de uma organização modular de Forças, facilita o controle da aplicação de recursos e permite um diagnóstico preciso do nível de aquisição das capacidades desejadas: onde se está, onde se quer chegar e qual o nível possível de chegar de maneira quantitativa para o nível Bda, que é a responsável pela execução de tarefas e ações que exemplificam o domínio da Capacidade formulada pelo escalão superior.

### 3.1 O DOAMEPI

Alinhado com a PND e a END e a necessidade premente de desenvolver capacidades completas, o Exército Brasileiro passa a adotar a geração de forças por meio do Planejamento Baseado em Capacidades (PBC). Para que as unidades atinjam o nível máximo de prontidão operativa, é necessário que possuam as capacidades que lhes são requeridas na sua plenitude. A geração de capacidades exige o atendimento dos seguintes fatores determinantes (DMT, 2014):

a) Doutrina – este fator é base para os demais, estando materializado nos produtos doutrinários. Por exemplo, a geração de capacidades de uma Unidade inicia-se com a formulação de sua Base Doutrinária, que considera a gama de missões, atividades e tarefas que essa Unidade irá cumprir, em operações.

b) Organização (e Processos) – é expressa por intermédio da Estrutura Organizacional dos elementos de emprego da F Ter. Algumas capacidades são obtidas por processos, com vistas a evitar competências redundantes, quando essas já tenham sido contempladas em outras estruturas.

c) Adestramento – compreende as atividades de preparo obedecendo a programas e ciclos específicos, incluindo a utilização de simulação em todas as suas modalidades: virtual, construtiva e viva.

d) Material – compreende todos os materiais e sistemas para uso na F Ter, acompanhando a evolução de tecnologias de emprego militar e com base na prospecção tecnológica. É expresso pelo Quadro de Distribuição de Material dos elementos de emprego e inclui as necessidades decorrentes da permanência e sustentação das funcionalidades desses materiais e sistemas, durante todo o seu ciclo de vida (permanência no inventário da F Ter).

e) Educação – compreende todas as atividades continuadas de capacitação e habilitação, formais e não formais destinadas ao desenvolvimento do integrante da F Ter quanto à sua competência individual requerida. Essa competência deve ser entendida como a capacidade de mobilizar, ao mesmo tempo e de maneira inter-relacionada, conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e experiências, para decidir e atuar em situações diversas. Dentre essas competências, ressalta-se o desenvolvimento da Liderança Militar, fator fundamental na geração das capacidades.

f) Pessoal – abrange todas as atividades relacionadas aos integrantes da força, nas funcionalidades: plano de carreira, movimentação, dotação e preenchimento de cargos, serviço militar, higidez física, avaliação, valorização profissional e moral. É uma abordagem sistêmica voltada para a geração de capacidades, que considera todas as ações relacionadas com o planejamento, a organização, a direção, o controle e a coordenação das competências necessárias à dimensão humana da Força.

g) Infraestrutura – engloba todos os elementos estruturais (instalações físicas, equipamentos e serviços necessários) que dão suporte à utilização e ao preparo dos elementos de emprego, de acordo com a especificidade de cada um e o atendimento a requisitos de exercício funcional.

Assim, o Manual de Fundamentos EB20-MF-10.102 Doutrina Militar Terrestre, 1ª Edição, 2014 descreve, em sintonia com as lições aprendidas das guerras contemporâneas e as tendências dos conflitos do futuro, as novas capacidades consideradas prioritárias para a F Ter na Era do Conhecimento que são:

- a) dissuasão terrestre compatível com o status do país;
- b) projeção internacional em apoio à política exterior do país;
- c) atuação no espaço cibernético com liberdade de ação;
- d) prontidão logística; e) interoperabilidade com as demais Forças Singulares e complementariedade com outros órgãos e agências – operações interagências;

- f) gestão integrada em todos os níveis;
- g) efetividade na doutrina militar;
- h) maior ênfase na dimensão humana;
- i) fluxo orçamentário adequado;
- j) produtos de defesa vinculados às capacidades operacionais; e
- k) gestão sistêmica da informação operacional.

Baseado nas prioridades elencadas, a geração de módulos sustentáveis com capacidades completas (DOAMEPI), com todas as funcionalidades de combate, e de acordo com as demandas das áreas estratégicas e interesses nacionais serão o foco do esforço do Exército Brasileiro para o desenvolvimento de seu papel constitucional nos tempos modernos.

A fim de particularizar o estudo, os próximos capítulos deste trabalho serão focados na capacidade requeridas da Brigada de Infantaria Pára-quedista nas Operações de Cooperação e Coordenação com Agências, como foco na análise qualitativa do fator determinante “preparo” da GU.

### 3.2 O Preparo da Bda Inf Pqdt

O preparo da Força Terrestre é condicionado pelo seu emprego. O emprego é condicionado pelo Estado, na forma da lei, que determina quais são as missões das Forças Armadas e, em particular, do Exército Brasileiro (EB) (COTER, 2018). O preparo constitui um dos fatores determinantes de capacidade plena, mais especificamente o “A” de adestramento.

As prioridades de preparo serão definidas, principalmente, por três fatores que se inter-relacionam: a disponibilidade de recursos financeiros; os grupos de emprego; e as vocações prioritárias de emprego baseadas na doutrina e natureza das tropas.

O preparo terá como prioridade as missões previstas nas HE, de acordo com a Estratégia Militar Defesa (MD51-M-03, 2ª edição, 2006, confidencial). Entretanto, não se limitará a elas, devendo abranger todas as operações previstas para serem executadas em situações de guerra e de não guerra, EB70-D-10.002, incluídas as atribuições subsidiárias previstas na Lei Complementar (LC) Nr 97, de 9 de junho de 1999; alterada pela LC Nr 117, 02 de setembro de 2004, e pela LC Nr 136, de 25 de agosto de 2010.

Situação de Não Guerra

| OM  |              | OPERAÇÕES         | Operações de Cooperação e Coordenação com Agências |                          |  |  |  |
|---|--------------|-------------------|--|--------------------------|--|--|--|
|   |              |                   | Garantia P<br>Const/<br>GLO                        | Atribuições Subsidiárias |  | Outras Ações de Cooperação e<br>Coordenação com Agências |  |
|   |              |                   |  | Def Civ                  | Pvç e Rprs<br>aos Ilicitos<br>na Faixa de<br>Fronteira | Garantia de<br>Votação e<br>Apuração                     | Fiscalização de<br>Produtos Controlados          |
| CML   | Bda Inf Pqdt | Cmdo              |  | -                        | -  |  | Ações de Fiscalização<br>de Produtos Controlados |
|   |              | Cia C             |  | -                        | -  |  | -  |
|   |              | 25° BI Pqdt       |  | -                        | -  |  | -  |
|   |              | 26° BI Pqdt       |  | -                        | -  |  | -  |
|   |              | 27° BI Pqdt       |  | -                        | -  |  | -  |
|   |              | 8° GAC Pqdt       |  | -                        | -  |  | -  |
|   |              | 20° B Log Pqdt    |  | -                        | -  |  | -  |
|   |              | Dst Sau Pqdt      |  | -                        | -  |  | -  |
|   |              | B DOMPSA          | -  | -                        | -  | -  | -  |
|   |              | 1° Esqd C Pqdt    |  | -                        | -  |  | -  |
|   |              | 1ª Cia E Cmb Pqdt |  | -                        | -  |  | -  |
|   |              | 20ª Cia Com Pqdt  |  | -                        | -  |  | -  |
|   |              | 21ª Bia AAAe Pqdt |  | -                        | -  |  | -  |
|   |              | Cia Prec          |  | -                        | -  |  | -  |
| 36° Pel PE  |              | -                 | -  |                          | -  |  |  |
| <b>FORÇA DE EMPREGO ESTRATÉGICO - VALOR DA TROPA ECD PRONTO EMPREGO</b> |              |                   |  |                          |  |  |  |

Figura 9 – Vocações prioritárias de emprego da Bda Inf Pqdt  
Fonte: COTER

As operações de cooperação e coordenação com agências são operações executadas por elementos do EB em apoio aos órgãos ou instituições (governamentais ou não, militares ou civis, públicos ou privados, nacionais ou internacionais), definidos genericamente como agências. São executadas precipuamente em situações de não guerra, mas podem ser desencadeadas em situações de guerra, simultaneamente com as operações ofensiva e defensiva (COTER, 2017). Neste escopo, está inserida a Operação de Pacificação de acordo com o Manual de Campanha – Operações 5ed, 2017, em uma das seguintes operações de cooperação e coordenação com agências: garantia dos poderes constitucionais; garantia da lei e da ordem; atribuições subsidiárias; prevenção e combate ao terrorismo; sob a égide de organismos internacionais; em apoio à política externa em tempo de paz ou crise; e, outras operações em situação de não guerra.

São características dessas operações: uso limitado da força; coordenação com outros órgãos governamentais e/ou não governamentais; execução de tarefas atípicas; combinação de esforços políticos, militares, econômicos, ambientais, humanitários, sociais, científicos e tecnológicos; caráter episódico; não há subordinação entre as agências e, sim, cooperação e coordenação; interdependência dos trabalhos; maior interação com a população; influência de atores não oficiais e de indivíduos sobre as operações; e, ambiente complexo.

Sendo assim, a F Ter preparar-se-á para seu emprego de forma singular, conjunta e combinada. O preparo que será planejado e coordenado pelo COTER é o preparo para emprego singular da F Ter. O planejamento do ano de instrução é orientado pelo SIMEB e pelo PIM, com a finalidade de uniformizar os conhecimentos necessários a todos os integrantes da F Ter, de maneira que os objetivos dos períodos da instrução individual e do adestramento sejam norteadores para o atingimento dos níveis de operacionalidade e de adestramento. Durante essas atividades, deve ser buscada a interoperabilidade, para facilitar o emprego da F Ter de forma conjunta ou combinada. Porém, a busca da interoperabilidade com agências, normalmente, é buscada já em situação de convulsão, ou seja, em que o emprego da tropa é iminente ou imediato. Não há, como se verá posteriormente no planejamento da Bda Inf Pqdt para o ano de 2019, qualquer previsão de Exercícios em que haja, efetivamente, o planejamento e execução de ações em um ambiente interagências.

Neste sentido, conclui-se parcialmente que, a análise do DOAMEPI e PIM como ferramenta de preparo da Força Terrestre, sendo, portanto, regulador das GU Operacionais e nela inserida a Bda Inf Pqdt, que a mensuração do adestramento e preparo da F Ter para atingir os níveis de operacionalidade desejados no nível interagências é insuficiente, uma vez que a não compulsoriedade da busca pela interoperacionalidade nas Operações interagências no nível GU acarreta em um desconhecimento recíproco das agências e EB nas OCCA.

#### **4. OPERAÇÕES DE COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS**

Este capítulo do trabalho tem por finalidade apresentar a doutrina básica das Operações em Ambiente Interagências e destina-se a enfatizar o preparo e emprego dos elementos paraquedistas no ambiente Interagências, no que tange à coordenação com as agências governamentais (federais, estaduais e municipais); organizações intergovernamentais, não governamentais e do setor privado, no País e/ou no exterior.

Segundo o Manual de Campanha EB70-MC-10.223 – OPERAÇÕES, as OCCA são:

“... operações executadas por elementos do EB em apoio aos órgãos ou instituições (governamentais ou não, militares ou civis, públicos ou privados, nacionais ou internacionais), definidos genericamente como agências. Destinam-se a conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum. Buscam evitar a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções, levando os envolvidos a atuarem com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos.”

#### 4.1 Considerações iniciais

A elaboração deste capítulo tomou como referência outros documentos que tratam do assunto de natureza semelhante, produzidos tanto na esfera do Ministério da Defesa (MD) e das Forças Singulares, como outros órgãos, instituições e agências civis. Buscou-se garantir a harmonia e o alinhamento dos procedimentos a serem adotados no âmbito Exército Brasileiro com aqueles praticados em outras instituições e órgãos nacionais e/ou internacionais, sem perder de vista as especificidades da F Ter.

As operações militares terrestres nas situações de guerra ou de não guerra ocorrem, modernamente, normalmente em ambiente interagências. O Estado Final Desejado nas Operações do século XXI perpassa, obrigatoriamente, pela situação final da População Civil que necessita, por não ser a missão principal das Forças Militares, do apoio de instituições civis ou militares com o objetivo de alcançar as metas visualizadas. Dessa forma, o planejamento deve considerar a presença de uma gama de atores no TO/A Op

No ambiente de cooperação e coordenação com agências, cada organização possui sua própria cultura, filosofia, objetivos, práticas e habilidades. Essa diversidade é a força do processo interagências, proporcionando um somatório de conhecimentos na busca de um objetivo comum, gerando a necessidade de um fórum coordenado para a integração dos muitos pontos de vista, capacidades e opções. Todos os esforços devem ser coordenados, apesar das diferenças culturais e de técnicas operacionais, preferencialmente, desde o tempo de estabilidade institucional, ou seja, durante o preparo da GU que são os órgãos executantes das atividades e tarefas que consubstanciam as Capacidades da Força Terrestre.

#### 4.2 Definições básicas

As conceituações militares, comuns a mais de uma Força Armada, estão contidas na publicação “Glossário das Forças Armadas – MD35-G-01”. Para o contexto deste capítulo, são considerados os seguintes conceitos do manual MD-33-M12:

- a) Agência: Organização, instituição ou entidade, fundamentada em instrumentos legais e/ou normativos, que tem competências específicas, podendo ser governamental ou não, militar ou civil, pública ou privada, nacional ou internacional;

- b) Operações interagências: interação das Forças Armadas com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos.

#### 4.3 Princípio de Emprego da Bda Inf Pqdt no Ambiente Interagências

Os princípios de emprego no ambiente interagências são normas de procedimentos consagrados pela experiência, que visam ao sucesso na condução das operações neste ambiente. Neste contexto, fruto de constantes observações do emprego dos elementos paraquedistas, pode-se enumerar os seguintes executados isoladamente ou em conjunto durante a execução das operações, todos do Manual de Campanha 10.201 – Operações em Ambiente Interagências:

- a) cooperação – é a busca da união de esforços no atingimento dos objetivos propostos pela operação. Facilita a coordenação das ações, maximiza resultados e fortalece o respeito mútuo entre as agências com as quais o precursor opera;
- b) Integração – ação de organizar um conjunto de agências em um todo lógico de forma que as relações entre elas possam gerar efeitos sinérgicos, alcançados pelo apoio mútuo, independentemente dos vetores a serem empregados ou do ator que atua como coordenador das ações;
- c) Complementariedade – as competências e capacidades de cada um dos vetores (militares ou civis) envolvidos devem ser conhecidas e exploradas de forma a que se complementem umas às outras, a fim de poupar recursos e esforços e maximizar os resultados, respeitando as especificidades de cada órgão;
- d) Legalidade – é um princípio jurídico fundamental que estabelece que o Estado deve submeter-se à força imperativa da lei. Os vetores participantes das Operações Interagências devem dispor de diploma legal para o exercício de sua atividade, facultando-lhe a realização de perícias e emissão de pareceres e laudos técnicos com respaldo legal;
- e) Adaptabilidade – capacidade que o elemento precursor e civis/ militares envolvidos em uma operação devem possuir de, respeitando as especificidades de cada órgão, se adaptarem às constantes mudanças no ambiente operacional contemporâneo;

- f) Flexibilidade – capacidade de empregar seus vetores de combate e/ ou reconhecimento com o mínimo de rigidez pré-estabelecida e com o máximo de adaptabilidade às circunstâncias de emprego, permitindo que, dentro de suas especificidades, cada vetor possa ajustar seus agentes e meios com oportunidade para fazer frente às mudanças que surjam durante uma operação;
- g) Modularidade – característica de operar de forma independente em relação ao Comando da Cia Prec Pqdt. Cada módulo deve possuir a capacidade de integrar-se e cooperar no ambiente interagências de uma operação;
- h) Seletividade – a permanência dos elementos precursores paraquedistas, por suas características e especificidades, em determinada área ou local deve limitar-se ao tempo necessário para o cumprimento das tarefas estabelecidas e dos objetivos propostos;
- i) Simplicidade – o planejamento e a concepção de emprego, envolvendo os vetores (militares e civis) participantes das operações interagências, devem ser claros e facilmente inteligíveis, assegurando seu completo entendimento, sem prejuízo de sua precisão e flexibilidade necessárias; e
- j) Sustentabilidade – é a condição que permite a permanência dos vetores nas Operações Interagências, por um prazo determinado, assegurando o atingimento dos objetivos propostos pelas operações. Os elementos precursores, via de regra, são apoiados pelo Esc Sp enquadrante em sua manutenção na A Op/ TO.

#### 4.4 A ligação entre agências

Uma permanente ligação entre forças militares e agências é uma fonte valiosa de informações que permitem antecipar-se quanto aos diversos aspectos que envolvem a prevenção de ameaças, o gerenciamento de crise ou a solução de conflitos dentro de protocolos pré-estabelecidos e conhecimento mútuo.

O intercâmbio de pessoal é uma das formas de operacionalizar essa ligação. Tal medida proporciona um dos principais benefícios às operações desencadeadas no ambiente Interagências, pois permite a construção de relações de trabalho baseadas na confiança e na comunicação aberta entre todos os envolvidos. Neste contexto, o comandante das frações de paraquedistas deve estabelecer a possibilidade da integração seletiva de agências nas atividades das funções de combate desenvolvidas pela Bda Inf Pqdt, nos diversos níveis,

visando a operações correntes e futuras, aproveitando-se do preparo da GU durante o ano de instrução.

Em Operações Interagências, os elementos paraquedistas ligam-se, sobretudo, com elementos das funções de combate Movimento e Manobra; Comando e Controle; Inteligência; e Proteção, executando atividades e tarefas inerentes às funções de combate no escopo do ambiente interagências.

## **5. O PREPARO DA BDA INF PDT PARA AS OPERAÇÕES DE COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS**

Este capítulo tem por objetivo descrever o planejamento do ano de instrução da Bda Inf Pqdt, enfatizando seu preparo para o desenvolvimento de capacidades voltadas aos cenários atuais dos combates, onde as Operações de Cooperação e Coordenação com Agências (OCCA) tem um importante papel no cenário externo e interno de qualquer país.

Uma variável permanente em qualquer OCCA é que neste tipo de Operação, a liberdade de ação do comandante operativo está limitada pela norma legal que autorizou o emprego da tropa, assim, o emprego é episódico.

Neste escopo, em alinhamento com a Matriz Doutrinária dos Btl Inf Pqdt e os fatores determinantes das capacidades (DOAMEPI), as tropas paraquedistas são mais vocacionadas as seguintes OCCA:

- a) garantia dos poderes constitucionais;
- b) garantia da lei e da ordem;
- c) atribuições subsidiárias;
- d) sob a égide de organismos internacionais;
- e) em apoio à política externa em tempo de paz ou crise; e
- f) outras operações em situação de não guerra.

De acordo com o EB70-MC-10.223 – Operações, são características dessas missões:

- a) uso limitado da força;
- b) coordenação com outros órgãos governamentais e/ou não governamentais;
- c) execução de tarefas atípicas;
- d) combinação de esforços políticos, militares, econômicos, ambientais, humanitários, sociais, científicos e tecnológicos;
- e) caráter episódico;
- f) não há subordinação entre as agências e, sim, cooperação e coordenação;

- g) interdependência dos trabalhos;
- h) maior interação com a população;
- i) influência de atores não oficiais e de indivíduos sobre as operações; e
- j) ambiente complexo.

Nas operações de apoio a órgãos governamentais, os elementos paraquedistas devem ser capazes de contribuir para a garantia da soberania Nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem – depois de esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio – salvaguardando os interesses nacionais e cooperando para o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. Para isso, devem fornecer apoio em atividades relacionadas à proteção de estruturas estratégicas, à segurança da sociedade, à cooperação para o desenvolvimento nacional e o bem-estar social e ao apoio ao desenvolvimento econômico e de infraestrutura com elevado conhecimento legal a cerca do cenário em que será empregado, seja ele de ações policiais, eleitorais, de meio ambiente, entre outras. Para tanto, possuem capacidades que os permitem executar atividades e tarefas conforme tabela abaixo.

| <b>CAPACIDADE MILITAR TERRESTRE (CMT)</b> | <b>CAPACIDADE OPERATIVA (CO)</b>                    | <b>ATIVIDADES</b>   | <b>TAREFAS</b>   |
|---|---|---------------------|--|
| Apoio a órgãos governamentais             | Proteção Integrada                                  | Movimento e manobra | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Prontidão operativa</li> <li>- Concentração estratégica</li> <li>- Desdobramento</li> <li>- Reconhecimento especializado</li> <li>- Ações diretas</li> <li>- Realizar operações com características especiais</li> <li>- Realizar Op de precursores</li> </ul>  |
|   |   | Comando e Controle  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar o processo de planejamento e a condução das operações</li> <li>- Proporcionar a consciência situacional por meio de plataforma aérea tripulada ou não tripulada</li> <li>- Participar da integração de esforços entre civis e militares</li> <li>- Contribuir para o controle do espaço aéreo</li> </ul> |
|   | Emprego em apoio à política externa em tempo de paz | Inteligência        | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Produzir contínuo conhecimento em apoio ao planejamento da força</li> <li>- Apoio à obtenção da consciência situacional</li> <li>- Executar ações de inteligência, reconhecimento, vigilância e aquisição de alvos (IRVA)</li> </ul>  |

|  |  |          |  |
|--|--|----------|--|
|  | Atribuições subsidiárias                       |          | - Apoio à obtenção da superioridade de informações<br>- Apoio à busca de ameaças   |
|  | Ações sob a égide de organismos internacionais | Proteção | - Adotar medidas de contra inteligência<br>- Proporcionar apoio na desativação ou destruição de artefatos explosivos e de munições falhadas<br>- Empregar técnicas de segurança – Proporcionar cobertura aérea ou terrestre por meio de tiro de precisão |

Tabela 1 – Capacidades, Atv e tarefas dos Btl Inf Pqdt nas OCCA

Fonte: o autor

O ano de instrução na Força Terrestre é regulado pelo Programa de Instrução Militar (PIM). O Exército Brasileiro, em diuturna atividade, prepara-se e é empregado num amplo espectro de atividades, em inúmeras missões, dentro e fora do País, de forma muito bem-sucedida. A receita desse sucesso é a capacidade do pessoal militar, alcançada por um planejamento e pela sua execução, de forma absolutamente profissional calcada em seu adestramento prévio.

O planejamento do ano leva em conta a quebra do ciclo de instrução em virtude do emprego da tropa em operações de GLO, ações subsidiárias, dentre outras, devendo os comandantes planejar o Ano de Instrução, com flexibilidade, tendo em vista a recuperação do conteúdo perdido, ou seja, as OCCA possuem caráter de prontidão permanente durante os 365 dias do ano.

A Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional (CTTEP) deve ser inserida, obrigatoriamente, no Ano de Instrução, aproveitando suas diversas fases e conciliando com a vida vegetativa na Unidade e/ ou GU, G Cmdo.

No Programa de Instrução Militar (PIM/ 2019), há a previsão de preparo para Operações Interagências, entretanto em uma situação muito específica. Nele está orientado que o preparo para as Operações de Fiscalização de Produtos Controlados, realizada prioritariamente em ambiente interagências, será desencadeado com a capacitação das equipes de fiscalização de produtos controlados, integrantes do Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados (SisFPC), no exercício do Poder de Polícia Administrativa, com o apoio de tropa regular e especialistas nas áreas de Inteligência, Comunicação Social, Assistência Jurídica e Operações de Informações.

Outra Operação que conta com uma orientação específica do Órgão de Direção Operacional do Exército Brasileiro é a de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) que, via de regra, são desenvolvidas em um ambiente interagências.

Para o adestramento de GLO, os C Mil A deverão avaliar quais as tropas que necessitam realizar o PAB-GLO, determinando o período de execução mais adequado, de acordo com as suas peculiaridades e vocação.

Há, também, as Operações sob a égide de organismos internacionais que são tipicamente enquadradas nas OCCA.

Dessa maneira, em consonância com os organismos internacionais e suas relações exteriores, o Brasil integra o Sistema de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas (UNPCRS, da sigla em inglês) que consiste em um sistema de arranjos de prontidão da Organização das Nações Unidas em que cada Estados Membros disponibiliza capacidades para serem empregadas de acordo com as necessidades requeridas pelo ONU.

Nestes termos, o PIM determina que compete a Seção de Preparo e Avaliação do Comando de Operações Terrestres planejar, orientar e supervisionar as atividades relacionadas com o preparo dos contingentes brasileiros destacados para cumprir missões de paz e de Forças de Paz à disposição UNPCRS.

O Comando da Bda Inf Pqdt, alinhado com o PIM/ 2019, emana suas diretrizes de instrução. No documento é enfatizado que o adestramento é a prioridade da Instrução Militar, sendo a atividade mais importante no ano de instrução.

O foco da capacitação é, ao término do ano de instrução, permitir a tropa a ser empregada em duas situações: a primeira, identificada com a missão precípua do Exército, em missões clássicas de sua base doutrinária, chamadas de Defesa da Pátria, e a segunda, em missões relacionadas à Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

Neste escopo, há a previsão de uma Operação no nível FT/ U, conforme tabela abaixo, após realizadas as instruções teóricas e práticas sobre o tema, a fim de verificar o nível de adestramento da tropa em Op GLO.

#### **Adestramento para Garantia da Lei e da Ordem**

| <b>PERÍODO</b> | <b>DATA</b>    | <b>EXERCÍCIO</b>   | <b>LOCAL</b>                      | <b>AO</b>  |
|----------------|----------------|--------------------|-----------------------------------|------------|
| PAB GLO        | 06 a 10<br>Ago | OPERAÇÃO CHIVUNK I | CIG/Gericinó<br>Rio de Janeiro/RJ | Rlz Op GLO |

Tabela 2 – Objetivos de adestramento em GLO da Bda Inf Pqdt para 2019

Fonte: Dtz Prog Adts Bda Pqdt 2019

O adestramento de GLO está inserido no contexto da HE “G” e consiste em exercícios no terreno na UFRRJ, no Campo de Instrução de Gericinó e na Área de Instrução do Camboatá (Rio de Janeiro/RJ), empregando militares de todas as OM Pqdt divididas em 3 (três) Forças-Tarefa valor/natureza BI Pqdt em um exercício de campanha, tudo com a finalidade capacitar a GU Aet ao emprego em operações para Garantia da Lei e da Ordem em uma situação de insuficiência dos Órgãos de Segurança Pública (OSOP) desencadeadas em ambiente rural e urbano.

São desenvolvidas no adestramento, tarefas relacionadas a: Patrulhamentos a Pé e Motorizados, Posto de Bloqueio e Controle de Estradas (PBCE), Posto de Bloqueio e Controle de Vias Urbanas (PBCVU), Posto de Segurança Estático (PSE), Operações de Controle de Distúrbios (OCD) e Operações de Busca e Apreensão (OBA).

Outra atividade operacional alinhada com as Operações de Cooperação e Coordenação com Agências (OCCA) é o adestramento a cargo da chefia do Comando de Operações Terrestres (COTER), onde uma FT valor Unidade realiza o adestramento conjunto entre o Ministério da Defesa e o Ministério de Minas e Energia, conforme tabela abaixo:

**Adestramento a cargo da Chefia do Emprego do COTER**

| <b>EXERCÍCIO</b>   | <b>DIREÇÃO</b>                                  | <b>PERÍODO</b>  | <b>OM</b>        |
|--|---|-----------------|------------------|
| Exc Cj do Plano de Emergência das Usinas Nucleares de Angra dos Reis | - Exec Exc G Rsp E Nuc<br>USINA ANGRA DOS REIS. | 22-24<br>Out 19 | FT Santos Dumont |

Tabela 3 – Objetivos de adestramento da Bda Inf Pqdt para 2019

Fonte: Dtz Prog Adts Bda Pqdt 2019

Ainda tendo como objetivo a obtenção de capacidades voltadas as OCCA, o Cmdo da Bda Inf Pqdt foi designado a preparar um Batalhão de Infantaria de Força de Paz B I F Paz durante o ano de instrução de 2019, a fim de ter seu adestramento avaliado no 2º Sem 2019 e 1º Sem 2020, tendo como base o 27º B I Pqdt.

A mobilização envolve os recursos materiais e humanos e sistemas de certificação, que serão regulados conforme a Diretriz de Preparação de Força de Paz à disposição do UNPCRS.

Observa-se, assim, a constante capacitação da Bda Inf Pqdt em OCCA a fim de alinhar-se aos cenários prospectivos dos conflitos do século XXI, levantados pelo mais alto nível dos poderes, o político-estratégico. Contudo, há notória carência de interoperacionalidade, mesmo que durante o processo de instrução, planejamento, adestramento e avaliação, sejam levantadas os papéis e necessidades das Agências em todo o

processo. A ausência de participação efetiva no adestramento limita o conhecimento mútuo dos aspectos pessoais, institucionais, culturais e até mesmo de objetivos finais buscados por cada agência ao término da missão designada.

Com isso, conclui-se parcialmente que o adestramento dos elementos paraquedistas durante o ano de instrução baseia-se, em boa medida, nas tarefas executadas por seus quadros e tropa nas diversas funções de combate em que são empregados nas OCCA. Para tanto, devem ter como bússola o Programa de Instrução Militar (PIM), as diretrizes de instrução da Bda Inf Pqdt e as peculiaridades de seu emprego como elemento que executa operações com características especiais, seu MEM específico e sua formação durante o ano de instrução. Além disso, o desenvolvimento da área afetiva a fim de executar operações em um ambiente eclético, não linear e difuso é observado, bem como o domínio das normas legais que condicionam a sua ação nas operações é fator determinante para o sucesso da missão imposta. Conclui-se parcialmente, ainda, que o ano de instrução regulado pelo COTER e pelas Diretrizes de Cmdo da Bda Inf Pqdt buscam capacitar as tropas em OCCA com ênfase nas situações de não-guerra em Operações de GLO, garantia dos poderes constitucionais e sob a égide de organismos internacionais. Contudo, há uma lacuna na preparação em missões subsidiárias e outras operações em situações de não guerra, tais como as Op GVA. Além disso, há pouco integração nos Exercícios propostos com agências, sobretudo nas Op GLO, onde a Bda Inf Pqdt tem seu adestramento sem a participação no planejamento ou na execução dos OSOP, ONG, Institutos, Sociedade civil organizada, dentre outras. Observa-se, também, a necessidade de uma servidão nas Operações de Defesas da Pátria em considerar o ambiente interagências como um importante fator a ser trabalhado em planejamentos e na execução do preparo e adestramento.

### 3. CONCLUSÃO

“Na paz, preparar-se para a guerra; na guerra, preparar-se para a paz.”  
(Sun Tzu)

Uma divisão teórica da guerra em gerações é meramente didática, conduzindo a análise cartesiana e pragmática de suas fases e evoluções, nos permite concluir que a guerra trata-se de um “organismo” vivo, em constante mutações e, que com base nesse entendimento, é mister que os Exércitos de tempos em tempos, renovem seus pensamentos com vistas a encontrar a maneira mais adequada de fazer a guerra. A guerra atual certamente contém características das outras gerações da guerra e, de fato, nos dias atuais, nos preparamos para

lutar baseado nos ensinamentos da última guerra e não nos desafios que estão por vir no campo de Batalha. Pode-se dizer que a Guerra em amplo espectro é uma releitura do período anterior ao Tratado de Westfália, quando os Estados ainda não possuíam o monopólio da guerra. Nela, é difícil distinguir-se a guerra da paz, os combatentes dos não combatentes ou mesmo delimitar-se um campo de batalha.

O Planejamento Baseado em Capacidades (PBC) é a ferramenta de planejamento adotada pelo EB que melhor se adequa ao ambiente dos conflitos de amplo espectro, uma vez que foca nas capacidades desejáveis da Força Terrestre para fazer face a qualquer tipo de ameaça e não mais a um inimigo estatal definido e determinado por hipóteses de emprego estanques que desconsideravam a aplicação de diferentes atitudes de combate no Teatro de Operações. Situações de guerra e não guerra, com a presença de tropas aliadas, forças militares de Estados, agências internacionais e nacionais de controle, fiscalização e ajuda humanitária, dentre outras, mídia e população civil são parte da realidade do soldado do século XXI.

Nesse sentido, o PIM, documento regulador do adestramento e preparo da F Ter para atingir os níveis de operacionalidade desejados, alinha-se com as necessidades dos combates atuais. Nele já estão contidos instruções e exercícios no terreno levando em consideração a possibilidade de emprego em um ambiente difuso e com diversos atores envolvidos no processo de alcance dos Objetivos Nacionais no conflito. Para tanto, são treinadas e aprimoradas no adestramento das tropas paraquedistas em Operações de Cooperação e Coordenação com Agências. Seus quadros e tropa, nas diversas funções de combate, são empregados nas OCCA.

O ano de instrução regulado pelo COTER e pelas Diretrizes de Cmdo da Bda Inf Pqdt buscam capacitar as tropas em OCCA com ênfase nas situações de não-guerra em Operações de GLO, garantia dos poderes constitucionais e sob a égide de organismos internacionais. Entretanto, há uma lacuna na preparação em missões subsidiárias e outras operações em situações de não guerra, tais como as Op GVA e na profundidade de conhecimento exigida dos diplomas legais que se baseiam esse tipo de emprego. Os fundamentos legais são indispensáveis para uma correta aplicação do poder militar a fim de atender o princípio da Legitimidade. Uma atuação falha no campo legal, pode vir a gerar um efeito colateral danoso para as tropas no campo de batalha, pois ela pode ser usada pelo inimigo, em caso de situação de guerra, ou pelos APOP, em caso de situação de não guerra, em sua guerra informacional e prejudicar a opinião pública interna ou externa focando no fato de nossas tropas estarem atuando de forma ilegal. Além disso, há pouco integração nos Exercícios propostos com

agências, sobretudo nas Op GLO, onde a Bda Inf Pqdt tem seu adestramento sem a participação no planejamento ou na execução dos OSOP e outros atores fundamentais nesse tipo de Operação. Essa falta de sinergia nos períodos de preparação e adestramento podem causar um descompasso inicial no que se refere ao processos de planejamento e execução, uma falta de conhecimento mútuo, uma dificuldade de se obter confiança recíproca e pode vir a dificultar, por falta de conhecimento prévio, a cadeia logística em tempos de conflito, além de diversos outros aspectos de emprego, tais como a vocação das Unidades, a capacidade de seus agentes, suas idiossincrasias e competências.

Portanto, faz necessário o aprofundamento do conhecimento das normas legais, nacionais e internacionais, para o emprego da tropa em OCCA, considerando os diplomas legais nacionais (constitucional, ambiental, eleitoral, etc), internacionais (DICA, DIH), regras de engajamentos e regras baseadas em costumes e tradições das áreas em conflito, pois no corrente momento este conhecimento ainda é superficial e episódico. Da mesma maneira, é necessária uma participação conjunta dos diversos órgãos de segurança pública e agências reguladoras nos períodos de preparação e adestramento das tropas a fim de aumentar o conhecimento mútuo, facilitar as operações futuras e minimizar a adaptação necessária para o trabalho conjunto em um momento de grave crise ou conflito.

## 5 REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. **Operações em Ambiente Interagências (EB20-MC-10.201)** 1 ed. Brasília, DF, 2013.

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. **Doutrina Militar Terrestre (EB20-MF-10.102)** 1 ed. Brasília, DF, 2014a.

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. **Operações (EB70-MC-10.223)** 5 ed. Brasília, DF, 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. EMCFA. **Operações Interagências (MD33-M12)** 2 ed. Brasília, DF, 2017.

AMORIM, Celso (2015). **Grande Estratégia: Política Externa e Defesa em um Mundo em Transformação**. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v.4, n.7, p.9-21

BARATA, P. G. S. e PIEDADE, J. C. L. **Da Primeira Grande Guerra às guerras de quinta geração: A transformação da guerra e as novas ameaças**. II Congresso Internacional do OBSERVARE 2 - 3 Julho, 2014

BARBA, P. E. S. **O Conflito de 4ª Geração e a Evolução da Guerra Irregular: Reflexos para a Doutrina do Exército Brasileiro**. ECEME/ 2011

BARROSO, L., 2012. **As Novas Guerras: Entre Sun Tzu e Clausewitz**. Boletim Ensino | Investigação n.º 13. IESM, 11, pp. 19-26.

BRASIL (2012). Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF. Disponível em <[https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado\\_e\\_defesa/END-PND\\_Optimized.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf)>. Acesso em 20 de novembro de 2018.

BREEMER, Jan (2000). **War as we knew it. The Real Revolution in Military Affairs/Understanding Paralysis in Military Operations**. Occasional paper No19. Center for Strategy and Technology. Air War College. [Em linha] disponível em: <http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/cst/cs19.pdf>, [Acesso em 12 março 2019].

CARVALHO, E. A. M. **A relevância da guerra híbrida nos conflitos modernos**. ECEME/ 2017.

CLAUSEWITZ, Carl von (2017). **Da Guerra**. São Paulo: WMF Martins Fontes.

CORREIA, P. P. **Repensar a guerra: o fim do monopólio clausewitziano**. Revista Janus, Coimbra, 2002. Disponível em:<[janusonline.pt/docs2002/artigo\\_janus2002\\_1\\_1\\_2.doc](http://janusonline.pt/docs2002/artigo_janus2002_1_1_2.doc)>. Acesso em: 18 dez. 2012.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

CREVELD, Martin (2004). **Modern Conventional Warfare: An Overview**. [Em linha] disponível em: [http://www.offnews.info/downloads/2020modern\\_warfare.pdf](http://www.offnews.info/downloads/2020modern_warfare.pdf) [Acesso em 12 março 2019].

DIGNAM, David (2012). **The Evolving Operational Paradigm And The Irish Defence Forces**. [Em linha] disponível em: [http://www.military.ie/fileadmin/user\\_upload/documents/academic\\_conference/THE\\_EVOLVING\\_OPERATIONAL\\_PARADIGM.pdf](http://www.military.ie/fileadmin/user_upload/documents/academic_conference/THE_EVOLVING_OPERATIONAL_PARADIGM.pdf) [Acesso em 1 de março 2019].

FERNANDES, H., 2016. **As Novas Guerras: O Desafio da Guerra Híbrida** . Revista de Ciências Militares, novembro de 2016 IV (2), pp. 13-40.

FREITAS, Jorge Manuel de Costa (2004). **A Escola Geopolítica Brasileira: Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro**. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército.

GARCIA, Francisco Proença. **As ameaças transnacionais e a segurança dos Estados. Subsídios para o seu estudo**. Jornal de Defesa e Relações Internacionais, 31/07/2016. Disponível em <http://www.jornaldefesa.pt>. Acesso em: 14 jan 19.

GARCIA, P., 2009. **A Resposta das Forças de Defesa no Actual Contexto de Conflitualidade - No Âmbito da NATO**. Em: I. A. I. I. IPCE, ed. Estratégia Vol. XVIII. Estudos em Homenagem ao VALM. António Emílio Ferraz Sachetti. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Económica, pp. 113-124.

GARCIA, F. P. & SARAIVA, M. F., 2004. **O fenómeno da Guerra no novo século - uma perspectiva**. Negócios Estrangeiros. N.º 7, 09, pp. 104-121.

GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo **Métodos de pesquisa** / [organizado por]; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HAMMES, T., 2006. **The Sling and the Stone. On war in the 21st century**. 1.<sup>a</sup> ed. Minneapolis: Zenith Press

HUMBLE, Richard (2004). *“Naval Warfare: An Illustrated History”*. S. Webb & Son.

KISSINGER, Henry (2015). **Ordem mundial**. 1<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Objetiva

LOURENÇÃO, Humberto José; CORDEIRO, Luis Eduardo Pombo Celles. **Análise do Emprego da Força Militar pelos EUA no período pós-guerra Fria à luz dos conceitos de guerra pós-modernas**. Revista da Escola de Guerra. Disponível em [http://www.enabed2016.abedef.org/resources/anais/3/1467157620\\_ARQUIVO\\_Art-Guerra-Celles-Louren-V3.pdf](http://www.enabed2016.abedef.org/resources/anais/3/1467157620_ARQUIVO_Art-Guerra-Celles-Louren-V3.pdf) Acesso em: 14 Jan 19.

LIND, W. S. **Compreendendo a Guerra de Quarta Geração**. Revista Military Review, Fort Leavenworth, Jan-Fev 2005.

MAGNOLI, Demétrio (2013). **O Mundo Contemporâneo: os grandes acontecimentos mundiais da Guerra Fria aos nossos dias**. 3ª Ed. São Paulo: Atual.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

NAÇÕES UNIDAS (2015). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em 31 out. 2018.

NEVES, E. B.; DOMINGUES C. A. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: RB/ CEP, 2007.

NUNES, I. F., 1996. **Os conflitos regionais e a segurança internacional**. Nação e Defesa. N.º 80, pp. 149-172.

PIMENTA, Luiz Paulo e NETO, Tomaz. **O estudo da Teoria da Guerra de Quarta Geração na Segunda Guerra do Golfo (2003)**. Coleção Meira Mattos, Rio de Janeiro, v.8, n33, p175-183, set/ dez 2014

QURESHI, Mehvish (2010). **Pakistan (Counter Terrorism Operations) in the Context of Fourth Generation Warfare: Challenges and Opportunities**. Institute for Strategic Studies, research and Analysis (ISSRA). National Defence University Islamabad. [Em linha] disponível em: [http://www.ndu.edu.pk/issra/issra\\_pub/Monograph\\_Vol\\_I\\_Issue\\_I.pdf](http://www.ndu.edu.pk/issra/issra_pub/Monograph_Vol_I_Issue_I.pdf) [Acesso em 03 março 2019].

REVISTA INTERNACIONAL DE POLÍTICA INTERNACIONAL. Brasília Vol 43 no1 Jan/Jun 2000.

RIBEIRO, C. J. de O. **As Operações Militares na Era da Informação e da Comunicação**. Proelium, Lisboa, n. 2, [200?]. Disponível em: <<http://www.academiamilitar.pt/proelium-n-o-2.html>>. Acesso em: 28 fev. 2012.

RUCKERT, Aldomar A. **Reforma do Estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades**. São Paulo: GEOUSP – Espaço e Tempo, no 17, pp79 -94, 2005.

SCHURMAN, B., 2011. **Clausewitz e os Estudiosos da “Nova Guerra”**. Military Review, Set-Out, pp. 47-56

SILVA, C. E. M. V. da. **A transformação da guerra na passagem para o século XXI: um estudo sobre a atualidade do Paradigma de Clausewitz**. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2003. Disponível em: <<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/tesesdisserta/Disserta%20Caco.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2012.

SMITH, R., 2005. **A Utilidade da Força: A Arte da Guerra no Mundo Moderno**. Lisboa: Edições 70.

SCHUURMAN, Bart. **Clausewits e os estudiosos da “Nova Guerra”**. Military Review, Set-Out 2011.

TELO, J., 2002. **Reflexões sobre a Revolução Militar em Curso**. Nação e Defesa, N.º 103 - 2.<sup>a</sup> Série, pp. 211-249.

VISACRO, A. **Desafio da transformação**. Revista Military Review (edição brasileira): Fort Leavenworth, mar-abr 2011.

WILCOX, Gregory. **Resposta militar à quarta geração de guerra no Afeganistão**. Military Review (edição brasileira), Fort Leavenworth, Jan-Mar 2004.